

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO URBANA NO BRASIL POR MEIO DA MOBILIDADE CENTRADA NO TRABALHO

William Antonio BORGES¹

Marcio Mendes ROCHA²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de periferização urbana no Brasil por meio da Mobilidade Centrada no Trabalho, no intuito de apreender as mazelas territorializadas no espaço urbano, num âmbito social, como uma consequência que veio se perpetuando no decorrer da história do modo de produção capitalista, que se desenrola até o momento atual, denominado de sistema neoliberal. A periferia, referida neste artigo, é tomada por uma conotação tanto física quanto social, que se configura como um espaço degradado e um ambiente que reflete uma inclusão perversa à urbanidade. Desse modo, chega-se à conclusão que a expansão da periferia se apresenta como um resultado do desenvolvimento desigual e combinado, servindo de habitat para o exército de reserva que sustenta o atual modelo econômico.

Palavras-chave: Periferização urbana; mobilidade; força de trabalho; espaço urbano; desigualdade.

Abstract

Understanding the process of urban periphery formation in Brazil through the mobility centered on labor

This article aims at understanding the process of urban periphery formation in Brazil through the Mobility Centered on Labor. It intends to learn about the misfortunes socially placed in the urban space, as a consequence that has continued along the history of the Capitalistic Production mode, which has been happening up to the present under the name of *Neoliberal* system. In this article, periphery is taken by a physical as well as a social connotation being also represented as a degraded space and an environment that reflects a perverse inclusion in urbanity. Thus, it is concluded that periphery expansion is seen as a result of the unequal and combined development, being used as the habitat for the labor force reserve which sustains today's economic model.

Key words: urban periphery formation, mobility, labor force, urban space, inequality.

¹ Bacharel em Administração, mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – Análise Regional -, membro do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização e membro do Grupo de estudos Gestão Urbana. E-mail: borgeswa@ig.com.br

² Prof. Dr. Em Geografia Humana – Coordenador do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização membro do Programa de pós-graduação Mestrado em Geografia – UEM e docente do Departamento de Geografia UEM. E-mail: mmrocha@uem.br

INTRODUÇÃO

A expansão da periferia se intensificou no Brasil, principalmente, com o processo de urbanização a partir da década de 1970, quando os médios e grandes centros urbanos receberam grande parte desse contingente.

Por não atender às necessidades básicas, quanto à moradia, para a sociedade que a habita, devido à falta de infra-estrutura, a periferia se revela como um importante problema a ser trabalhado e solucionado pelo Estado e pela sociedade. Desse modo, compreender o processo de periferização urbana é o primeiro passo para diagnosticar suas causas, encontrar soluções, e construir, assim, a cidadania.

O presente artigo tem o propósito de compreender o processo de periferização urbana por meio da mobilidade centrada no trabalho, pois, como todas as cidades são o reflexo da produção do capital, revelando-se capitalistas, a periferia, integrada a esse espaço, apresenta-se como um produto, ou seja, uma evidência do desenvolvimento desigual e combinado. Nenhum outro método adotado evidenciaria, com tanta clareza, o que a dinâmica populacional gera com o capital.

Embora não se tenha a pretensão de negar o idealizado sistema capitalista, é importante que se desmistifique a igualdade tão defendida, mas que não perdura quando se visualiza o espaço urbano. E isso pode ser alcançado, justamente, com a compreensão da mobilidade centrada no trabalho, tendo em vista que ela denuncia os movimentos adotados pelo capital, induzindo a mobilidade populacional, produzindo, dessa forma, um espaço urbano segregado e desigual.

Com efeito, num primeiro momento, é fundamental compreender o que é periferia, espacializá-la no contexto social, retratando exatamente a camada da população mais carente de recursos monetários e urbanos, e elucidar que a periferia, abordada neste estudo, é uma periferia degradada, apresentando-se como um espaço segregado. O segundo momento, guia-se por meio de uma discussão teórica e crítica referente à mobilidade do trabalho, imprescindível para que este artigo cumpra sua proposta, a qual é explícita nas considerações finais.

A PERIFERIA QUE SE REVELA À MARGEM DA SOCIEDADE

Há quem diga que a periferia se identifica por meio da sua longa distância até um ponto mais central, uma espécie de afastamento da riqueza, mas, às vezes, não parece a única forma de identificá-la. Segundo Ultramari e Moura (1994), não se pode quantificar apenas pelas distâncias físicas, mas também pelas distâncias em decorrência das diferentes condições sociais existentes entre o centro e a periferia. Nesse sentido, é fundamental incorporar ao termo periferia, somando às áreas degradadas dos subúrbios urbanos, os pequenos bolsões de pobreza em meio à cidade.

Assim, quando este texto se refere à periferia, pretende considerá-la tanto no contexto físico (localizar-se na margem), quanto social (localizar-se à margem - espaço degradado ou sem infra-estrutura podendo localizar-se no centro), tendo o segundo contexto como dominante. Sendo assim, as regiões não periféricas podem estar na margem urbana, distante do centro, mas nunca em estado de carência de urbanização ou em degradação.

Na concepção de Capel (1999, apud NEGRI, 2001), a periferia, que se localiza no município central, denomina-se "periferia interna", já as áreas periféricas, localizadas nos municípios adjacentes, são denominadas "periferia externa".

De fato, percebe-se que a população dessas regiões, em sua maioria, mora em habitações precárias (favelas, cortiços e casas autoconstruídas em terrenos destituídos de serviços públicos ou em regiões centrais degradadas) e sobrevivem com uma baixa renda monetária por mês, revelando um acentuado grau de pauperismo e precárias condições urbanas de existência.

MOBILIDADE CENTRADA NO TRABALHO

A Mobilidade Centrada no Trabalho apresenta-se como o processo de mercantilização da força de trabalho, que por sua vez é uma mercadoria submissa ao capital (geograficamente e funcionalmente), explorada pelo capitalista na busca pela mais-valia que, juntamente com a luta de classes, justifica-se como uma mobilidade forçada. Na verdade,

[...] é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da produtividade do trabalho, de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. Esta mobilidade nasceu da reflexão de economistas marxistas. A explicação parte da contradição entre trabalho e natureza, da apropriação histórica da natureza pelo homem. Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado. (ROCHA, 1998, p.14).

Percebe-se, nitidamente, no discurso de Marx (apud DRUCKER, 1999) que a exploração na sociedade capitalista era oculta, mascarada. Sabe-se que ele se baseou na teoria do trabalho elaborada por um dos principais representantes da economia política clássica, David Ricardo (1772 – 1823). Para Ricardo (apud DRUCKER, 1999), o custo da produção determina o valor dos bens; assim, uma determinada mercadoria terá um valor maior ou menor em função da quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção, ou o número de horas gastas na sua produção.

Desse modo, o trabalhador vende sua força de trabalho (para subsistência), caracterizada como mercadoria, para a produção de outras mercadorias, as quais possuem um valor de troca contabilizado pelo tempo e trabalho empregados.

Segundo Gaudemar (1977, p.193), a produção das forças de trabalho

[...] é o momento da aquisição da sua mobilidade, por parte do trabalhador anteriormente submetido a outros modos de produção, por exemplo o momento de emancipação do servo; sob o ponto de vista de conjunto, é aquilo a que Marx chama o momento de acumulação primitiva, a transformação do dinheiro em capital e portanto da formação do proletariado.

No entanto, a mobilidade (GAUDEMAR, 1977, p.194) "é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior". De fato, o homem e a indústria passam a compactuar um laço de subsistência, por meio de um contrato social de trabalho, sob a remuneração assalariada, alienando a força de trabalho enquanto mercadoria, elucida Rocha (1998). No entanto, Marx observou que, na produção capitalista, o trabalhador recebe apenas um salário por um

determinado número de horas de trabalho e não o valor total das mercadorias por ele produzidas. Nesse contexto é que se percebe o desenvolvimento do capitalismo para o qual existe um exército de reserva que mantém o valor de troca do trabalho/mercadoria menor do que o seu valor de uso, intermediando e tornando viável a relação econômica entre indústria e força de trabalho.

Tratando-se da mais-valia, pode-se perceber duas outras mobilidades segundo Gaudemar (1977, p.213), sendo elas: a mobilidade do tempo (mais-valia absoluta), e a do espaço (mais-valia relativa). "Ambos correspondem a um excedente de valor de que o capitalista se apropria, mas este excedente provém, na primeira, um prolongamento da jornada de trabalho, e na segunda, modificações, quer das técnicas utilizadas, quer da divisão do trabalho".

Por meio da mobilidade(s) centrada(s) no trabalho, percebida(s) como as referidas dinâmicas que sustentam o desenvolvimento do sistema capitalista, pode-se compreender o processo de periferização do espaço urbano brasileiro.

MOBILIDADE DO TRABALHO E O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO URBANA NO BRASIL

A mobilidade do trabalho intensifica-se devido a uma necessidade de sistematizar o processo produtivo na busca de maior produtividade. As novas formas capitalistas diluem a centralidade do trabalho no processo de acumulação. Quando Habermas (apud TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1998) diz que as transformações operadas nos processos de produção implodiram a teoria do valor, revela como argumento o seguinte: a introdução da microeletrônica, da robótica, dos novos materiais de produção e de novas fontes de energia nos processos de trabalho, deslocou-os como unidades dominantes na produção da riqueza. Agora, a ciência/tecnologia é elevada à condição de primeira força produtiva. Por isso, o trabalho passa por uma verdadeira mobilidade, no sentido que, doravante, a atividade produtiva passa a se fundar em conhecimentos técnico-científicos, em oposição ao trabalho rotineiro, repetitivo e desqualificado que predominou na fase do capitalismo liberal e nas primeiras décadas deste século. Em consequência dessa revolução, o trabalhador não é mais considerado como simples apêndice da máquina, mas na qualidade de sujeito que regula o processo de trabalho. Esse sujeito é fruto da polarização das classes sociais, onde uma elite de trabalhadores polivalentes e qualificados substitui a grande massa de trabalhadores com pouca qualificação e precarizado no mercado de trabalho.

Com efeito, Georges Benko (1999), em seu livro "Economia, Espaço e Globalização", evidencia que o fato dos mercados mais desenvolvidos se apresentarem saturados na década de 1970, decretando o fim da produção em massa, substituindo-a por uma maior diversificação e qualidade dos produtos, propiciou uma maior competitividade no âmbito das pequenas empresas de apoio, as quais passaram a cumprir o papel de prestadoras de serviços complementares à produção das grandes marcas, ou melhor, hoje cada empresa terceirizada produz um fragmento do produto acabado, configurando uma produção mais flexível, pronta para atender as mudanças e a competitividade do mercado.

A busca por uma maior flexibilização produtiva instaurou uma dependência da força de trabalho ao capital, ou seja, os trabalhadores representados por fortes sindicatos perderam espaço e força frente à luta pelo controle produtivo, devido à inserção de tecnologias, que, além de cumprir o papel de diversificar a produção, aumentou o contingente do exército de reserva, com o processo de substituição de mão-de-

obra, fator que garante um menor custo de produção, ao passo que os mercados saturados não esboçavam nenhuma reação frente a um crescimento econômico, o que fez instaurar uma crise estrutural, aumentando o desemprego. O caminho escolhido para a expansão do capital fora defender o mercado liberal com a ausência do Estado regulador da economia, ou seja, o Estado tem de ser mínimo, deixar livre a concorrência entre as empresas no mercado global. O referido discurso ganha notoriedade na década de 1980.

Com efeito, Sassen (1998, p. 137) argumenta que:

Tem ocorrido transformações objetivas nas formas de organizar o setor manufatureiro, com a presença cada vez maior de uma produção em pequenas quantidades, de pequenas escalas, de elevada diferenciação do produto e de rápidas mudanças do produto final. Esses elementos promoveram a subcontratação e o recurso a maneiras flexíveis de organizar a produção. [...] Os fatos que indicam essas mudanças são o declínio dos sindicatos no setor manufatureiro, a perda de várias proteções contratuais e o aumento de trabalho involuntário, em turno parcial ou temporário, além de outras formas de trabalho condicional. Uma indicação extrema desse rebaixamento é o crescimento das oficinas de fundo de quintal e o trabalho industrial realizado em domicílio.

Como se pode perceber com as palavras de Sassen, o cidadão trabalhador se encontra em piores condições na atualidade, em decorrência da sustentabilidade do capital, a qual auxilia a pauperização social. O estado gestor se “inibe” ao se render à gestão de melhores condições frente à competitividade para atrair capital, cujo auxílio na construção social e da cidadania é, em grande parte, ínfimo, principalmente nos países periféricos. Desse modo, a constituição da informalidade em detrimento do bem-estar social resultou na formação de pequenas empresas domésticas que viabilizam, de forma precária, a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Com efeito, a tecnologia adentra a vida social, com mais intensidade neste novo século, afetando a população justamente no trabalho, por meio de uma vantagem competitiva, e também roubando a cena do próprio homem na base de produção. Poder-se-ia chamar de terceira revolução industrial esse processo de substituição da mão-de-obra por máquinas, ou melhor, por tecnologias.

Mesmo com os avanços tecnológicos, com a competitividade global e de novas condições de vida que se apresentam à sociedade, a população continua a buscar as cidades como suas moradas e o mundo assiste a uma grande mobilidade de seus povos, principalmente rumo aos grandes e médios centros de consumo e de produção, mesmo não estando preparados para recebê-los.

A questão do trabalho e do emprego é tema extremamente importante por se tratar de uma necessidade básica de qualquer cidadão para viver dignamente na ordem capitalista. Além do mais, as cidades satélites são as grandes receptoras de pessoas originárias do campo, que chegam totalmente desqualificadas e encontram as cidades, muitas vezes, sem recursos para arcar com a educação, a saúde e o emprego para um grande contingente de famílias migrantes.

Brasil: Mobilidade do Trabalho nas Últimas Décadas

O processo de urbanização impacta de forma significativa na mobilidade do trabalho, e está associado a um maior dinamismo produtivo da economia brasileira.

De acordo com Pochmann (2001, p. 36), "nos anos de 1950 até 1980, quando houve o maior impulso à industrialização nacional, o país viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de quase 7%".

Percebe-se em tal época que o Estado atuava no planejamento e nas diretrizes do desenvolvimento nacional, com um expressivo papel de gestor da nação e da máquina produtiva estatal, como agente promotor do bem-estar social, fechado a qualquer especulação externa.

Já nas últimas décadas (1980 e 1990), o Brasil se apresenta mais industrializado, urbano e adotando políticas neoliberais, com a abertura do mercado nacional frente à concorrência internacional, se posicionando como fornecedor de mão-de-obra barata, mas consumidora da produção realizada em seu próprio território (também), embora gerida pela elite capitalista dominante norte-americana e européia, em sua grande maioria.

Essas mudanças revelam uma mobilidade que se inicia no trabalho, mas que reflete uma questão social, ou seja, o desemprego. Nessa perspectiva, é importante compreender como se instaurou o processo evolutivo da economia brasileira e o seu reflexo na sociedade.

Conforme se faz perceber na obra "O emprego na globalização", a qual data de 2001, de Márcio Pochmann, o Brasil vivenciou dois momentos opostos quanto ao desenvolvimento econômico. Num primeiro momento, no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970, o país teve um comportamento decepcionante logo na primeira década, mas alcançou taxas elevadas de crescimento do emprego industrial nos anos 60 e também nos anos 70, "colhendo os frutos" de tudo que fora investido no final da década de 1950. Nesse período, o desenvolvimento industrial foi acompanhado por uma diversificação do emprego urbano e pelo crescimento do setor terciário da economia.

Concomitante à industrialização, ocorrera uma mobilidade do trabalho rural marcada por uma ausência de reforma agrária, a qual, segundo Henrique (1998), gerou concentração de propriedades ao passo de um intenso e desigual processo de modernização agrícola a partir dos anos 60, havendo importantes transformações econômicas e sociais no meio rural, apesar de continuar a se reproduzir a pobreza ligada à falta de acesso à terra, aos baixos salários e à não-integração dos pequenos produtores aos circuitos mais modernos de produção, distribuição e financiamento, o que foi conceituado como "Modernização Conservadora".

A industrialização brasileira representou, para uma parcela restrita da população, o acesso efetivo a padrões de consumo semelhantes aos das economias capitalistas avançadas, e, para outros, os incluídos de forma perversa, o sonho, nem sempre alcançado, da ascensão social e da melhoria de vida. Ela trouxe mudanças importantes na vida econômica e social do país, mas a concentração de renda não melhorou, chegando até mesmo a piorar no meio urbano, durante os anos 60, e no meio rural, nos anos 70, evidencia Henrique (1998), fato que ainda configura a realidade brasileira no novo século XXI.

Dessa forma, apesar do dinamismo na geração de empregos, a velocidade do processo de migração despejou nas cidades um contingente de população que não pôde ser totalmente absorvido no mercado de trabalho formal. Acumulam-se, nas cidades, grandes massas de "força de trabalho excedente" (conhecidos como exército de reserva), a qual passa a sobreviver recebendo migalhas de renda gerada no núcleo capitalista. Oliveira (1998) afirma que a própria dinâmica da acumulação capitalista criou oportunidades para as pequenas atividades mercantis, nas quais passaram a se dedicar os trabalhadores informais.

A pobreza urbana tornou-se um problema nacional, formando-se extensos bolsões de miséria nas metrópoles. Em matéria publicada no jornal Folha de São

Paulo em 07 de janeiro de 2001, constata-se que o número de favelas cresceu 22,5% nos anos de 1991 até 2000. Com efeito, a diferenciação das grandes regiões brasileiras associou-se a diferentes situações de pobreza, inclusive entre as áreas metropolitanas, mas sem que nenhuma delas tivesse superado as desigualdades e a pobreza.

Para Oliveira (1998), as regiões que pouco se beneficiaram das transformações econômicas, ou seja, não se desenvolveram como as regiões mais adiantadas e ficaram numa situação de estagnação frente ao contexto nacional, tornaram-se imensos depósitos de população pobre. Por outro lado, aquelas regiões que apresentaram um elevado dinamismo econômico, entre os anos 50 e 70 e tiveram uma concentração de renda e um rápido crescimento populacional, também acabaram por reforçar o aumento de uma nova pobreza, cuja concentração se dá em grande parte na periferia dos médios e grandes aglomerados urbanos.

Em um segundo momento, o Brasil pós 1980 abre sua economia ao mercado mundial conforme os preceitos neoliberais, ajustando sua indústria a uma produção mais flexível e subordinada ao capital financeiro, hegemônico, contexto que o levou à especulação financeira e flexibilização do trabalho conquistada pela terceirização, projetos modulares de produção e fragmentação deste pelo território global, viabilizado pelas telecomunicações e tecnologia da informação.

Desse modo, conforme Pochmann (2001, p. 42 - 3):

"Em parte a difusão do novo padrão tecnológico possibilitaria a passagem da fase de mecanização e automação rígida (produção convencional), por exemplo, para a fase de automação flexível (computador associado à máquina, robôs, sistemas CAD-CAM e sistemas digitais de controle distribuído). [...] Por outro lado, caberia à empresa moderna focalizar a produção, terceirizar atividades ligadas aos serviços de apoio (alimentação, segurança, transporte, etc.) e à produção (componentes definidos em rede)".

Nesse novo paradigma, o qual exige a formação de uma classe de cognitariados (operários do conhecimento) em detrimento aos proletariados (grande massa de operários despendentes de esforço físico), constata-se grandes mudanças no meio produtivo.

Desse modo, de acordo com um estudo de caso proposto por Maximiano (2002), em sua obra "Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à digital", a Volkswagen do Brasil, na época, Autolatina (1993) – parceria realizada com a Ford –, vivenciou um problema por se apresentar pouco produtiva e com produtos pouco competitivos, os quais vinham perdendo mercado no início da década de 1990, ou seja, a ela faltava qualidade total do sistema. Sua produção alcançava, em 1993, 12 carros por trabalhador/ano, enquanto a Toyota (Japão) apresentava uma produtividade de 40 carros por trabalhador/ano.

Justificava-se o alto custo de produção da Autolatina por ela ainda possuir um nível muito alto de verticalização e produzir muitos dos componentes de seus carros. Era necessário tornar-se uma empresa mais enxuta e flexível para recuperar a competitividade.

Com efeito, a conhecida fábrica de Resende (em Resende - RJ), inaugurada em 1996, resultou numa experiência, estratégia e pioneirismo da Volkswagen do Brasil, quanto ao lançamento de um sistema produtivo configurado como um consórcio modular, tendo em pleno "chão-de-fábrica" seus fornecedores produzindo e montando os caminhões, cumprindo à Volkswagen apenas o papel de inspeção dos produtos acabados.

Com efeito, houve uma acentuada queda do nível do emprego formal no país a partir do início da década de 1990, em parte pela mobilidade das formas de utilização do trabalho, com a terceirização de atividades antes realizadas dentro das empresas, em parte pela diminuição de oportunidades ocupacionais. No entender de Baltar (1998), essa diminuição está associada à mudança na estrutura de produção, não somente por causa da elevação da produtividade do trabalho, mas também devido a uma desintegração das cadeias produtivas, abaladas pela importação crescente de bens intermediários. O emprego na indústria de transformação caiu cerca de 15%, segundo ele, e não voltou a crescer com a recuperação da economia, pois ocorreu uma diminuição do emprego formal em vários setores.

O salário médio real do trabalhador formal, em 1995, era 2% mais baixo em São Paulo (e 11% mais baixo no Rio de Janeiro) do que o de 1990, segundo Cano (1998). Contudo, o desemprego de trabalhadores formais, certamente, afetou estatisticamente essa média, elevando-a a tais índices. A crise social atinge hoje níveis muito graves, com grande elevação do crime e outras transgressões. A porcentagem dos domicílios brasileiros que se situam abaixo da linha da pobreza passou de 17% para 20%, no período supracitado (Cano, 1998).

No entanto, há que se considerar que o problema da precarização do trabalho não se resolve apenas com qualificação. A questão é estrutural, de modelo de desenvolvimento. Tem-se que sair de um modelo concentrador para um modelo descentralizador, com menores distanciamentos sociais entre as classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO URBANA

Da produção artesanal até os dias de hoje, o capitalismo criou uma mobilidade que se legitima por meio da sua evolução. Essa evolução apresenta-se numa busca incessante pela mais-valia, e todos os novos avanços são produtos desse modelo, que passam a integrar a própria produção.

Essa produção que recebeu as máquinas, estruturou-se em série (dando origem às novas cidades e sociedade industrial), reproduziu-se em outros países por meio das filiais, e que está hoje fragmentada pelo planeta, sempre se revelou em busca da mais-valia, o que influenciou, diretamente, o comportamento da sociedade, forçando-a a buscar na cidade o emprego da industrialização nascente, devido à sua falta na zona rural, acarretada pela mecanização e modernização da agricultura. Desse modo, a expansão da periferia urbana apresenta-se fortemente ligada à mobilidade centrada no trabalho. A mesma ilude com sua aparente (re)produção espontânea, mesmo sendo forçada pelo desenvolvimento desigual e combinado, servindo-se de habitat para o exército de reserva que sustenta o atual modelo econômico.

Atualmente no Brasil, o aumento da competição internacional está pressionando fortemente a base produtiva existente não só pela presença de produtos importados como pela necessidade de competir no mercado externo, forçando o sistema produtivo a reduzir custos e melhorar a qualidade. Em consonância, o setor de serviços vem se consolidando como o maior empregador, embora prevaleça nesse setor uma maior concentração de empregos em pequenas empresas e serviços autônomos.

Pode-se perceber que, dentre as 500 melhores e maiores empresas por faturamento, publicada anualmente pela Revista Exame, as representantes do setor de serviços têm aumentado sua participação, como ilustra a tabela 1.

Tabela 1 - A localização das maiores empresas por faturamento no Brasil: industriais e prestadoras de serviços

	1994	1998	2002
BRASIL	500	500	500
Indústrias	382	317	298
Prestadoras de serviços	118	183	202
NORTE	13	15	20
NORDESTE	36	28	35
CENTRO-OESTE	09	14	17
SUDESTE	367	367	341
SUL	75	76	87

Fonte: Revista Exame Maiores e Melhores de 1995, 1999 e 2003.
Org: BORGES W.A.

Pode-se perceber na pretérita tabela, uma real concentração das empresas nas regiões sul e sudeste (85,6% em 2002). Desse modo, embora alguns dos estados que não possuíam tradição na indústria tenham passado a sediar grandes matrizes, devido a uma competição interestadual por meio de isenções fiscais e outros benefícios, a melhor infra-estrutura, qualificação da mão-de-obra, centros de pesquisa e tecnologia e o maior mercado consumidor ainda se localizam no sul e principalmente no sudeste, fazendo dessas regiões espaços mais competitivos, principalmente para os pólos tecnológicos e de serviços, ou seja, para o emprego de qualidade com base no conhecimento.

Com efeito, segundo Diniz (apud RIBEIRO, 2000), todo o processo de flexibilização produtiva elucidado no presente artigo tende a reforçar a região mais desenvolvida do país, a qual ele delimita como o polígono e seu entorno, definida por Belo Horizonte – Uberlândia – Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos, e salienta que nesse espaço está a maior parcela da base produtiva, que se moderniza mais rapidamente, e também onde estão as melhores condições locais. Nesse contexto, tais regiões se tornam pólo de atração, fazendo com que ocorra uma concentração da população nos médios e grandes centros urbanos.

A reestruturação das economias urbanas das grandes cidades tem o papel estratégico no desenvolvimento nacional, em razão dos novos nexos estruturais entre a dinâmica urbana e o desempenho macroeconômico. Pode-se perceber na tabela 2, logo a seguir, que, com exceção de Manaus, sede de uma zona Franca, a qual atraiu grande número de empresas de eletroeletrônicos, Salvador e Recife (capitais nordestinas), as cinco primeiras somadas as RM's de Curitiba e Vitória, são as que concentram um maior número de sedes de empresas (no mínimo 5 empresas) e se localizam nas regiões sudeste e sul, reforçando o constatado pela tabela 1, justamente ao retratar que existe um maior domínio e dinamismo econômico dessas regiões.

Tabela 2 - Localização das 500 Melhores e Maiores empresas segundo a Revista Exame, no Brasil: As dez cidades e/ou metrópoles que possuem um maior número de empresas sediadas em seu território, e suas respectivas populações segundo o censo 2000.

	Total de Empresas 2002	Total de Indústrias 2002	Total de Prestadoras de serviços 2002	Participação do total das empresas da RM	População (censo 2000)	Participação do total da pop.da RM	Saldo³
RM São Paulo	182	127	55	100,0	17.852.244	100,0	0,0
ABCM ⁴ Paulista	19	16	03	10,4	1.856.059	10,4	0,0
Osasco/Barueri/Cotia	12	07	05	6,6	1.009.861	5,7	0,9
São Paulo (3)	140	93	47	76,9	10.434.252	58,4	18,5
RM Rio de Janeiro	64	22	42	100,0	10.894.156	100,0	0,0
Rio de Janeiro (5)	61	21	40	95,3	5.857.904	53,8	41,5
RM Porto Alegre	30	17	13	100,0	3.718.778	100,0	0,0
Porto Alegre (4)	20	07	13	66,7	1.360.590	36,6	30,1
RM Belo Horizonte	21	10	11	100,0	4.208.616	100,0	0,0
Belo Horizonte (3)	15	07	08	71,4	2.238.526	53,2	18,2
RM Campinas	17	10	07	100,0	2.338.148	100,0	0,0
Campinas (2)	08	03	05	47,1	969.396	41,5	5,6
Manaus	15	13	02	100,0	1.403.796	100,0	0,0
RM Curitiba	14	08	06	100,0	2.726.556	100,0	0,0
Curitiba (4)	13	07	06	92,9	1.587.315	58,2	34,7
RM Salvador	14	10	04	100,0	3.021.572	100,0	0,0
Salvador (1)	06	03	03	42,9	2.443.107	80,8	- 37,9
RM Vitória	11	04	07	100,0	1.438.596	100,0	0,0
Vitória (5)	07	01	06	63,6	292.304	20,3	43,3
RIDE	10	02	08	100,0	2.952.276	100,0	0,0
Brasília (4)	10	02	08	100,0	2.051.146	69,5	30,5
RM Recife	06	01	05	100,0	3.337.565	100,0	0,0
Recife (5)	05	00	05	83,3	1.422.905	42,6	40,7

Fonte: OBSERVATÓRIO de Gestão Urbana e Políticas Municipais – IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-UFRJ), Metrodata: Dados das Regiões Metropolitanas, site: www.ippur.ufrj.br/observatorio/

Revista Exame Maiores e Melhores de 1995, 1999 e 2003.

Categorias de concentração:

(1) valor negativo; (2) 0,1 até 9,9; (3) 10 até 19,9; (4) 20 até 39,9; (5) + de 40

Com efeito, a tabela revela que todas as cidades ou aglomerações dentre as dez primeiras, são, na verdade, Regiões Metropolitanas, e com exceção de Campinas-SP, são capitais de estados ou a capital do Brasil. São cidades que tanto configuram como centros de gestão pública, quanto centros de gestão do setor privado.

Além da constatação que existe uma concentração regional de empresas nas capitais e uma concentração nacional nas regiões sul e sudeste, também nas própri-

³ Saldo auferido pela subtração do valor da participação do total das empresas da RM do valor da participação do total da população da RM.

⁴ ABCM Paulista se refere as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Mauá.

as localidades existem concentrações, as quais estão explícitas na pretérita tabela, conforme ilustrada pelas quatro categorias de concentração. Essas categorias revelam o saldo da participação da população subtraída pela participação das empresas da cidade pólo no contexto da Região Metropolitana (grandes empresas selecionadas pela Revista Exame, em sua publicação Melhores e Maiores 2003).

No universo de RM's, as quais são sedes de, no mínimo, 5 empresas, constata-se que Salvador foi a única que revelou um saldo negativo, ou seja, a sua participação no contexto metropolitano, enquanto empresas, é menor do que a participação da sua população. No outro extremo, Vitória configura como o pólo regional de maior saldo, o que evidencia possuir um maior número de grandes empresas, dentre as 500 maiores do Brasil, per capita relativa à RM, ou seja, considerando as diferentes realidades metropolitanas quanto à dimensão populacional, Vitória revelou a maior vantagem da participação de empresas frente à participação populacional de uma cidade pólo no contexto de sua RM.

A RM que se revelou mais homogênea foi a de Campinas, já que nesse contexto o saldo da participação da cidade pólo é de 5,6%, o que denota que a cidade de Campinas possui praticamente a mesma participação tanto no contexto populacional quanto sede de grandes empresas (500 maiores do Brasil).

Com efeito, na relação existente entre o pólo e sua periferia, cabe a algumas das cidades metropolitanas cumprir a função de absorver uma mão-de-obra desqualificada, a qual se configura como um exército de reserva, muitas vezes incluída no mercado de trabalho informal, além de uma grande porção do seu sítio urbano e periurbano, apresentar-se como um espaço precário quanto à infra-estrutura urbana, dependente do mercado de trabalho e dos serviços (saúde e educação) prestados na cidade pólo, em alguns casos, dominado por um "poder paralelo" do tráfico e pela violência urbana, revelando-se como um outro extremo do desenvolvimento desigual e combinado e perfazendo-se como um espaço periférico externo à metrópole, principalmente devido aos poucos recursos relativos garantidos a alguns municípios metropolitanos (aqueles que sobrevivem de uma maior participação de recursos advindos do IPTU e FPM – Fundo de Participação dos Municípios). O termo "relativos" fora empregado por considerar-se que o montante arrecadado se apresenta parco frente ao montante populacional e aos problemas urbanos e sociais.

É importante salientar que, muitos municípios metropolitanos são núcleos dinâmicos, ou seja, são auto-suficientes na sustentabilidade e geração de renda para sua população, por conseguirem desenvolver um estado de empregabilidade com boa remuneração, ao menos suficiente para instaurar uma condição de vida satisfatória para seus habitantes, por meio do comércio, de indústrias ou prestações de serviços, quando não, municípios que se apresentam como centro de excelência na educação, na pesquisa, ou como Clusters de um setor industrial. São exemplos de cidades metropolitanas bem sucedidas: Niterói/RJ, São Caetano do Sul/SP, Novo Hamburgo/RS e São José dos Pinhais/PR, dentre outros.

Desse modo, a mobilidade centrada no trabalho, a qual reproduziu uma nova realidade, mais urbana, propiciou o desenvolvimento das cidades, expandindo suas periferias carentes por imperar a lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000 revelou que as cidades de porte médio, ou seja, as que possuem uma população de 50.000 até 500.000 habitantes foram as que mais cresceram.

No entanto, no presente trabalho, as cidades médias são aquelas que apresentam uma população entre 100.000 até 1.000.000 de habitantes. Foi escolhida essa classificação pelo fato de considerar como cidade grande (cidades que possuem população acima de 1.000.000 de habitantes), apenas as grandes metrópoles nacionais

e regionais, além do Rio de Janeiro e São Paulo, as quais configuram como metrópoles globais, segundo o material publicado em parceria entre IPEA, IBGE e UNICAMP/IE/NESUR (INSTITUTO... 1999). Apesar dessa constatação, sabe-se que as cidades metropolitanas e as capitais de estados que se classificam como porte médio, foram as que contribuíram de forma mais representativa, para que a categoria "cidades médias" crescesse 2,03%. Com exceção de algumas cidades médias do interior, como Uberlândia/MG (3,66%) e Foz do Iguaçu/PR (3,61%), a grande maioria obteve uma taxa de crescimento muito inferior a média de crescimento das cidades metropolitanas (3,08% a.a.).

Com efeito, nas cidades metropolitanas mais carentes, as quais classifica-se nesse trabalho como as que possuem uma renda per capita mensal inferior a R\$ 300,00 (arredondamento do salário mínimo), constata-se, com frequência, extensas áreas, as quais pode-se classificar como um espaço periférico na margem urbana ou à margem da sociedade, como já fora elucidado na contextualização da periferia à que se refere o presente artigo.

É justamente na periferia externa ao pólo metropolitano que se constata uma maior taxa de crescimento populacional, conforme ilustra a tabela 3, ou seja, são as cidades metropolitanas que possuem uma baixa renda, índices sócio-econômicos que evidenciam um estado de carência, além de uma precária e muitas vezes ausente infra-estrutura urbana, que alcançam a maior taxa de crescimento dentre as cidades médias (3,29% a.a.).

Tabela 3 - População, tamanho médio e taxa de crescimento dos diferentes portes e categorias de cidades

	Pop. 2000	T. M. 2000	Pop. 1991	T. M. 1991	T.C.A. 2000/1991
TOTAL CIDADES MÉDIAS (224 municípios) 100.000 à 999.999	86.209.480	384.864	72.848.835	325.218	2,03% a.a.
TOTAL CIDADES GRANDES (12) Acima de 1.000.000 habitantes	33.251.711	2.770.976	29.296.841	2.441.403	1,5% a.a.
CIDADES MÉDIAS - (129) (não metropolitanas)	31.312.115	242.730	26.599.597	206.198	1,97% a.a.
TOTAL CAPITAIS DE PORTE MÉDIO (15) 100.000 À 999.999 hab.	7.119.874	474.658	5.697.356	379.824	2,78% a.a.
TOTAL CIDADES MÉDIAS METROPOLITANAS (80) (metropolitanas)	21.645.654	270.571	16.952.397	211.905	3,08% a.a.
CIDADES METROPOLITANAS (57) (renda per capita inferior a R\$ 300,00) Acima de 100.000 habitantes	14.190.179	248.950	10.950.824	192.120	3,29% a.a.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000

Org: BORGES W. A

Pop.: População; T.M.: Tamanho Médio; T.C.A.: Taxa de Crescimento Anual

Com efeito, frente à tabelas 4 e 5, constata-se que, dentre as cidades médias, com exceção de algumas capitais relacionadas, as quais se classificam como grandes cidades (Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro), os municípios metropolitanos, possuidores de uma renda per-capita inferior a R\$ 300,00, apresentam uma maior taxa de crescimento, e se configuram como um espaço carente, desprovido de emprego formal, com baixa remuneração e portadores dos

piores índices de: analfabetismo, média de anos de estudo e de desenvolvimento humano, o que denota o processo de periferização urbana do Brasil. O critério para o estabelecimento deste processo se dá fundamentalmente pela relação entre as variáveis “taxa de crescimento populacional” e “renda per-capita”, onde se constata que nos Estados do sul e sudeste, com exceção do Espírito Santo, a cidade metropolitana é a que apresenta maior taxa de crescimento e também uma menor renda.

Para compor as tabelas 4 e 5 foram selecionadas em cada estado das regiões sul e sudeste, uma cidade metropolitana que denota um estado de pauperização urbana, a cidade pólo metropolitano, sendo esta sempre a capital e duas cidades médias no interior de cada estado (sendo um centro sub-regional de nível 1 e a outra um centro sub-regional de nível 2), as quais se equidistam no mínimo 150 km. Justamente pelo propósito de mostrar realidades distintas no interior de um mesmo estado, o Espírito Santo ficou com um número menor de cidades por não possuir um centro sub-regional de nível 1,

Tabela 4 - Características sócioespaciais de municípios e capitais dos Estados do sul quanto ao Analfabetismo em %; Média de anos de estudo da população; N° de empresas; N° de empregos; Relação Empregos formais por hab; Renda per capita R\$; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, referente aos anos de 1991/1998/2000

Categorias –	População (Censo 2000)	Taxa de cresc. pop. a.a. 2000/1991	Analfabeti smo %	Média de anos de estudo	N° de empresa s	N° de emprego s	Relação Emprego s formais por hab.	Renda per capita R\$	IDH
Estados e municípios ↓	2000	1991-2000	2000	2000	1998	1998	2000	2000	2000
PARANÁ	9.563.458	1,44	11,7	6,0	-	-	-	321,4	0,787
Curitiba	1.587.315	2,20	4,1	8,5	71.375	658.123	41,46	619,8	0,856
Colombo	183.329	5,24	9,1	5,5	3.521	20.838	11,37	236,2	0,764
Maringá	288.653	2,14	6,4	7,5	12.645	82.067	28,43	465,4	0,841
Ponta Grossa	273.616	1,94	6,8	6,6	8.823	55.042	20,12	318,2	0,804
RIO GRANDE DO SUL	10.187.798	1,26	7,8	6,4	-	-	-	357,7	0,822
Porto Alegre	1.360.590	1,68	3,9	9,0	77.991	638.002	46,89	709,9	0,875
Alvorada	183.968	3,03	7,0	5,9	3.753	11.293	6,14	214,8	0,768
Caxias do Sul	360.419	2,50	4,2	7,2	17.991	115.328	32,00	490,6	0,857
Santa Maria	243.611	1,84	6,0	7,8	9.449	42.352	17,38	429,3	0,845
SANTA CATARINA	5.356.360	1,92	7,4	6,2	-	-	-	348,7	0,814
Florianópolis	342.315	3,30	4,3	9,3	15.895	169.758	49,59	701,4	0,865
Palhoça	102.742	4,78	8,1	6,1	2.278	9.217	8,97	299,8	0,816
Blumenau	261.808	2,51	3,3	7,1	13.351	84.474	32,27	462,3	0,855
Criciúma	170.420	1,73	5,4	6,8	6.698	40.362	23,68	407,9	0,822

Fonte: IBGE (Censos de 1991, 2000); Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano)

ORG: BORGES W. A.

Tabela 5 - Características sócioespaciais de municípios e capitais dos Estados do sudeste quanto ao Analfabetismo em %; Média de anos de estudo da população; Nº de empresas; Nº de empregos; Relação Empregos formais por hab; Renda per capita R\$; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, referente aos anos de 1991/1998/2000

Categorias –	População (Censo 2000)	Taxa de cresc. pop. a.a. 2000/199 1	Analfabeti smo %	Média de anos de estudo	Nº de empresa s	Nº de emprego s	Relação Emprego s formais por hab.	Renda per capita R\$	IDH
Estados e municípios ↓	2000	1991-2000	2000	2000	1998	1998	2000	2000	2000
ESPÍRITO SANTO	3.097.232	2,04	14,2	5,9	-	-	-	289,6	0,765
Vitória	292.304	1,42	5,2	9,1	13.263	150.649	51,54	667,7	0,856
Cariacica	324.285	1,95	11,6	5,7	4.318	31.489	9,71	215,2	0,761
Cachoeiro do Itapemirim	174.879	2,44	11,0	6,0	4.749	33.684	19,26	275,6	0,770
MINAS GERAIS	17.891.494	1,49	14,8	5,6	-	-	-	276,6	0,773
Belo Horizonte	2.238.526	1,19	5,6	8,1	79.630	1.025.205	45,80	557,4	0,839
Ribeirão das Neves	246.846	6,43	12,2	4,8	2.034	11.277	4,57	159,1	0,749
Juiz de Fora	456.796	1,92	5,4	7,4	16.132	106.787	23,38	419,4	0,828
Montes Claros	306.947	2,39	12,7	6,4	8.476	43.729	14,25	245,4	0,783
RIO DE JANEIRO	14.391.282	1,35	7,6	7,2	-	-	-	413,9	0,807
Rio de Janeiro	5.857.904	0,77	4,9	8,4	147.153	1.949.260	33,28	596,6	0,842
Belford Roxo	434.474	2,18	9,8	5,6	3.217	17.839	4,11	182,3	0,742
Campos dos Goytacazes	406.989	0,91	11,6	6,2	6.488	42.699	10,49	247,2	0,752
Nova Friburgo	173.418	0,43	8,4	6,2	5.836	38.359	22,12	366,8	0,810
SÃO PAULO	37.032.403	1,85	7,9	6,8	-	-	-	442,7	0,820
São Paulo	10.434.252	0,91	5,6	7,8	396.609	3.754.541	35,98	610,0	0,841
Itaquaquecetuba	272.942	5,98	11,1	5,2	2.707	23.476	8,60	193,0	0,744
São José do Rio Preto	358.523	2,83	6,6	7,3	14.614	80.817	22,54	512,0	0,834
Marília	197.342	2,37	8,4	7,0	6.209	41.265	20,91	421,2	0,821

Fonte: IBGE (Censos de 1991, 2000); Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano)

ORG: BORGES W. A.

Dentre os setes estados relacionados, em seis, com exceção do Espírito Santo, percebe-se que a cidade metropolitana cresce mais do que as cidades médias do interior e do que a capital. Comparativo que vem reforçar os dados apresentados pela tabela 3.

Um índice calculado, que denota uma insustentabilidade da cidade metropolitana de baixa renda, se perfaz pela relação número de empregos formais por número de habitantes, e evidencia a capacidade da cidade empregar a população residente e a participação do emprego formal no montante populacional.

Ao considerar o número de 4 pessoas em média por residência, e almejar o ideal de, ao menos, um membro da família trabalhando no setor formal, a relação emprego formal pelo total da população seria de 25%. Confere na tabela que apenas

11 das 27 cidades atingem tal índice, o que revela uma crise na geração de emprego formal no Brasil, ao passo que, em hipótese, a sobrevivência do brasileiro é viabilizada pelo setor informal da economia e pelo assistencialismo. Nesse contexto, todas as cidades metropolitanas selecionadas apresentam um índice inferior a 25%, sendo o maior deles 11,37%, apresentado pela cidade de Colombo/PR. Já o menor, 4,11%, constata-se na cidade de Belford Roxo, na baixada fluminense.

A única cidade do interior, dentre as relacionadas, que apresentou um valor abaixo de 11,37%, índice de Colombo/PR, foi Campos dos Goytacazes/RJ. Mesmo assim, ao compará-la com Belford Roxo, também no estado do Rio de Janeiro, percebe-se que a primeira revela um índice muito superior, quais sejam: 10,57% contra 4,11%.

A seguinte tabela 6, é composta pelo agrupamento dos municípios metropolitanos evidenciados nas duas tabelas anteriores, com o acréscimo das distâncias destes para a capital, sede da Região Metropolitana. Como exemplo, constata-se que Alvorada/RS se localiza a 20 km de Porto Alegre.

Com efeito, é evidente que dentre os municípios metropolitanos relacionados (cidades satélites ao pólo dinâmico), impera a desigualdade dos diferentes retratos (com base em dados) de pobreza. De um lado tem-se Ribeirão das Neves/MG apresentando uma taxa de crescimento populacional de 6,43% a.a. e, de outro, o município de Cariacica/ES com o crescimento demográfico de 1,95%, embora ambas cresçam mais do que as respectivas cidades pólo (Belo Horizonte e Vitória), às quais são subordinadas.

Tabela 6 - Características sócioespaciais de municípios metropolitanos dos Estados do sul e sudeste quanto a Distância da cidade pólo, Analfabetismo em %; Média de anos de estudo da população; N° de empresas; N° de empregos; Relação Empregos formais por hab; Renda per capita R\$; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, referente aos anos de 1991/1998/2000

Categorias –	Distância da cidade pólo da RM* (KM)	Pop. (Censo 2000)	Taxa de cresc. pop. a.a. 2000/1991	Analfabetismo %	Média de anos de estudo	Nº de empresas	Nº de empregos	Relação Empregos formais por hab.	Renda per capita R\$	IDH
Municípios ↓	-	2000	1991-2000	2000	2000	1998	1998	2000	2000	2000
Alvorada/RS	20	183.968	3,03	7,0	5,9	3.753	11.293	6,14	214,8	0,768
Belford Roxo/RJ	34	434.474	2,18	9,8	5,6	3.217	17.839	4,11	182,3	0,742
Cariacica/ES	24	324.285	1,95	11,6	5,7	4.318	31.489	9,71	215,2	0,761
Colombo/PR	17	183.329	5,24	9,1	5,5	3.521	20.838	11,37	236,2	0,764
Itaquaquecetuba/SP	39	272.942	5,98	11,1	5,2	2.707	23.476	8,60	193,0	0,744
Palhoça/SC	30	102.742	4,78	8,1	6,1	2.278	9.217	8,97	299,8	0,816
Ribeirão das Neves/MG	26	246.846	6,43	12,2	4,8	2.034	11.277	4,57	159,1	0,749

Fonte: IBGE (Censos de 1991, 2000); Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano)

ORG: BORGES W. A.

* Região Metropolitana (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, São Paulo, Florianópolis e Belo Horizonte).

Como fora elucidado, pode-se perceber na tabela 6 que as cidades metropolitanas com renda inferior a R\$ 300,00 reproduzem, em grande parte, um espaço de carência urbana e social, retratando, com seus altos índices de crescimento, um processo de periferização urbana no Brasil.

Com efeito, para Rogers (apud RIFKIN, 1995), a abordagem de exclusão social é totalmente deficiente, incluindo não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania, ou seja, relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. Pode-se estar excluído do mercado de trabalho, do acesso a moradias adequadas e a serviços comunitários, do acesso a bens e serviços. A exclusão pode vir de dentro do mercado de trabalho, com empregos ruins e instáveis, gerando renda insuficiente para garantir padrão de vida mínimo, como a falta de acesso a terra, à segurança e aos direitos humanos.

Essas grandes aglomerações urbanas da periferia, justamente em virtude de uma urbanização desigual, apresentam, hoje, invariavelmente, um absoluto quadro de pobreza, onde se percebe um exagerado ritmo de crescimento das periferias pobres em relação aos centros dinâmicos.

A periferia externa se desenvolve subordinada ao centro detentor de capital, reproduzindo um novo espaço urbano, formado por meio da exploração pelo mercado imobiliário de áreas periféricas viabilizado pela fragilidade da legislação do solo nessas localidades que se perfazem muitas vezes como sede de municípios.

Dessa forma, estudar e compreender a expansão da periferia degradada é mergulhar numa extremidade da complexa produção social do capitalismo, é percebê-lo por um outro prisma, o qual revela o oposto do desejável. Justamente por ninguém desejar essa periferia, ela cresce, multiplica-se, não precisando de marketing algum para se vender, pois, as pessoas acabam nela.

Com efeito, elucidam Ciccollella; Mignaqui e Sassen citados por ,Cariola e Lacabana (2003, p. 7):

Diversos estúdios que ponen el énfasis en los procesos de reestructuración, en la producción y el consumo asociados a la globalización apuntan hacia la conformación de metrópolis duales, donde el avance de procesos de especialización funcional lleva a articular plenamente ciertos fragmentos de la ciudad a la economía global, mientras otros están totalmente marginados de ésta y se vinculan directamente a la economía de la pobreza.

Pelo simples fato da ordem capitalista instaurar a desigualdade, o indivíduo poder-se-ia contentar com o destino, acreditando que esse processo (periferização urbana) expressa uma normalidade, um problema que sempre estará presente na sociedade. Embora exista um descontentamento de ordem comum, a acomodação pactuada das classes dominantes, as detentoras de capital e possuidoras da voz ativa, a qual determina as ações públicas no país e no mundo, expressa uma ganância de auferir um maior acúmulo, sustentando a mais-valia, ao passo que sustenta a depreciada mão-de-obra excluída.

A periferia é o reflexo da espoliação urbana, retrato das mazelas produzidas pela cidade capitalista. Segundo Kowarick (2000, p. 22),

[...] espoliação urbana é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.

É preciso reafirmar que, segundo Kowarick (2000), a espoliação urbana está intimamente ligada à acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente. Isso porque os trabalhadores assalariados e autônomos, ou os desempregados, são também moradores espoliados, e, sobretudo, porque é a dinâmica de criação e apropriação do excedente econômico que geram esses dois aspectos interligados da reprodução dos trabalhadores.

A periferia dos centros urbanos brasileiros representa uma insustentável condição de vida, a qual não se presa pela cidadania, não apresenta uma situação e relação de civismo. Desse modo, percebe-se que o social está à margem dos interesses da sociedade. Impera o individualismo, a ganância pelo acúmulo, e tanto a sociedade civil, quanto o Estado praticam muito pouco o assistencialismo, com o propósito de reinserção do indivíduo à sociedade ativa e cidadã, pois, na verdade, o que se deve buscar é a emancipação do cidadão, para assim se perceber como tal.

Enfim, por meio da compreensão da Mobilidade Centrada no Trabalho, principalmente das mudanças que caracterizaram a passagem para o neoliberalismo, pode-se perceber a territorialização das mesmas, (re)produzindo um espaço urbano ainda mais segregado e desigual. A cidade que vende a esperança, no imaginário da força de trabalho, lhe proporciona suas mazelas e o "prazer" de habitar um dos símbolos do capitalismo, ou seja, a urbanidade caótica e atraente, mesmo estando na periferia.

Na conformação dos espaços, estes são regidos pelo modo de produção capitalista a partir de suas novas formas. A população, por sua vez, conforma-se (no sentido mais preciso do termo) em consonância com as leis de acumulação capitalista, embora não deixe de ser uma estratégia de vida. Os espaços periféricos devem ser vistos como resultado de um processo de produção do espaço urbano, e também como reflexo da sustentabilidade da nova estrutura laboral flexível que viabiliza a nova lógica do capital.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Crise contemporânea e modelo de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. 9, p. 147 – 61.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999. 266 p.

CANO, Wilson. Políticas econômicas e de ajuste na América Latina. In : OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. 3, p. 35 – 59. 283 p.

CARIOLA, Cecilia; LACABANA -Miguel. Globalización y desigualdades socioterritoriales: la expansión de la periferia metropolitana de Caracas, **Revista eure**, Santiago de Chile, v. 29, n. 87, p. 5-21, 2003.

DRUCKER, Peter; [tradução de Nivaldo Montingelli Jr.]. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; São Paulo: Publifolha, 1999. 213 p.

FUNDAÇÃO João Pinheiro; IPEA; PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977. 408 p.

HENRIQUE, Wilnês. Crise econômica e ajuste social no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. p. 73-108.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos 1991 e 2000.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – **Caracterização e tendência da rede urbana no Brasil**. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999, disponível em: <www.ibge.gov.br>.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. 144 p.

NEGRI, Silvio Moisés. **A expansão da periferia na Região Metropolitana de Maringá – PR**: cidade de Paçandu, um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

OBSERVATÓRIO de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/. **Metrodata**: Banco de dados das Regiões Metropolitanas. Disponível em: <www.ippur.ufrj.br/observatorio/>

OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. 283 p.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 151 p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. 632 p.

RIFKIN, Jeremy. **O fim do emprego**: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho. São Paulo : Makron Books, 1995. 348 p.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas**: um olhar para o norte central paranaense. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 186 p.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1994. 190p.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópole - Grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994. 154p.

Recebido em outubro de 2003

Revisado em junho de 2004

Aceito em junho de 2004